

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 11/2017

Processo nº: 23228.001297/2017-18

Pregão Eletrônico nº: 19/2017

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP, através do Campus Macapá, com sede na Rodovia BR 210, Km 03, s/n, bairro Brasil Novo, CEP 68.909-398, na cidade de Macapá/AP, inscrito no CNPJ sob o nº 10.820.882/0002-76, neste ato representado pelo Diretor Geral, **Marcio Getulio Prado de Castro**, nomeada(o) pelo Portaria nº1.501/2016/GR/IFAP, inscrito no CPF nº 634.920.592-87, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2824179 PTC/PA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, EDITAL Nº 18/2017, publicada no DOU de 03/10/2017, processo administrativo n.º 23228.001297/2017-18, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição material de consumo (Reagentes) para atender a Seção de Gerenciamento dos Laboratórios de Curso do Campus Macapá, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 19/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **INTERJET COMERCIAL LTDA** CNPJ: 59.403.410/0001-26

Endereço: Rua Sobralia, 422, Vila Gea, São Paulo/SP CEP: 04691-020

Fone/Fax: (11) 5632-4300, E-mail: carla@interjet.com.br

Representante Legal: Leonice Rodrigues Scarpato, CPF: 032.697.638-83, RG 11.528.314-6/SP

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)
05	ACETATO DE ETILA P.A. ACS. Fórmula química: $\text{CH}_3\text{COOC}_2\text{H}_5$. Peso molecular: 88.11. Frasco com 1000 ml.	Fr	13	79,68
08	SULFATO DE COBRE II (PENTAHIDRATADO), COMPOSIÇÃO QUÍMICA: $\text{CUSO}_4 \cdot 5\text{H}_2\text{O}$; ASPECTO FÍSICO: FINO CRISTAL AZUL; PESO DA MOLECULAR: 249,68; GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A.; NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 7758-99-8. FRASCO COM 500 GRAMAS.	Fr	05	24,00
16	ANIDRIDO ACÉTICO. Composto químico. Fórmula molecular: $\text{C}_4\text{H}_6\text{O}_3$. Massa molar: 102,1 g/mol. CAS: 108-24-7. Frasco com 1000 ml.	Fr	10	84,18
19	DICLOROMETANO. Hidrocarboneto clorado. Fórmula molecular: CH_2Cl_2 . Massa molar: 84,93 g/mol. CAS: 75-09-2. Frasco com 1000 ml.	Fr	10	76,36
21	ÁLCOOL METÍLICO (METANOL) P.A. Fórmula química: CH_4O . Massa molar: 32,04 g/mol ¹ . CAS: 67-56-1. Frasco com 1000 ml.	Fr	10	18,00
22	ACETONITRILA OU Cianeto de Metila. Fórmula química: $\text{C}_2\text{H}_3\text{N}$. Massa molar:	Fr	10	80,00



	41,05 g/mol ⁻¹ . CAS: 75-05-8. Frasco com 1000 ml.			
27	ÁLCOOL BUTÍLICO ou 1-BUTANOL. Aparência: líquido claro, com cheiro sufocante, não residual, solúvel em etanol, metanol e outros solventes orgânicos. Pouco solúvel em água. Fórmula molecular: C ₄ H ₁₀ O, BuOH. Massa molar: 74,1216 g/mol. CAS: 71-36-3. Frasco com 1000 ml.	Fr	12	89,00
35	ACETATO DE SÓDIO (ETANOATO DE SÓDIO) ANIDRO P.A./A.C.S. Fórmula química: CH ₃ COONa. Aparência: pó branco deliquescente. CAS: 127-09-3. Frasco com 1 kg.	Fr	02	40,00
36	ACETONA UV/HPLC Espectroscópico. CAS: 67-64-1. Frasco com 1000 ml.	Fr	02	90,00
38	ÁCIDO FOSFÓRICO (Ácido ortofosfórico) P.A./A.C.S. 85%. Aparência: sólido branco ou líquido viscoso (>42 °C). Fórmula molecular: H ₃ PO ₄ . Massa molar: 98,0 g/mol. CAS: 7664-38-2. Frasco com 1000 ml.	Fr	02	50,00
47	ÁLCOOL ETÍLICO 95% P.A./A.C.S. Fórmula química: CH ₃ CH ₂ OH. CAS: 64-17-5. Frasco com 1000 ml.	Fr	10	18,00
48	ÁLCOOL ISOAMÍLICO P.A./A.C.S. Fórmula química: (CH ₃) ₂ CHCH ₂ CH ₂ OH. CAS: 123-51-3. Frasco com 1000 ml.	Fr	05	109,90
51	AZUL DE METILENO P.A./A.C.S. Fórmula química: C ₁₆ H ₁₈ CIN ₃ S.XH ₂ O. Peso molecular 319,86 base seca. CAS: 122965-43-9. Frasco 100g.	Fr	02	80,00
52	BENZOATO DE SÓDIO. Aparência: Pó branco, granuloso ou cristalino, inodoro ou com fraco odor balsâmico, sabor adocicado e levemente adstringente. Fórmula química: NaC ₆ H ₅ CO ₂ . Massa molar: 144.11 g mol ⁻¹ . CAS: 532-32-1. Frasco 500 g.	Fr	02	117,00

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Campus Macapá/IFAP por meio da Seção de Gerenciamento de Licitações e Contratos.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A vigência desta Ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

5. DO CONTRATO/ORDEN DE FORNECIMENTO E DA NOTA DE EMPENHO

5.1. O fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência desta Ata, para assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, seus anexos e nesta ATA.

5.2. O prazo para assinatura do contrato, e consequente retirada da nota de empenho, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFAP.

5.3. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a **licitante**/fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

5.4. **Na ocorrência de recusa injustificada do fornecedor beneficiário em assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, serão aplicadas as mesmas sanções previstas para os casos de inexecução total do contrato.**

5.5. Nos casos em que não for necessário a formalização de contrato, a retirada da nota de empenho será através de Ordem de Fornecimento contendo as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 55 da lei 8.666/93.

6. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA



6.1. As quantidades aqui registradas são para atender a demanda de um período menor ou igual a 12 (doze) meses, conforme necessidade do Órgão.

6.2. A solicitação de entrega do material **poderá ser em parcelas**, e deverá ser conforme prazos, quantidades, locais e horários especificados no presente Termo de Referência, Edital e anexos.

6.3. A entrega deverá ser efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho e/ou da Ordem de Fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência ANEXO ao Edital, nas quantidades solicitadas, nos locais e horários especificados, dentro dos prazos estipulados e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e no Termo de Referência, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

6.4. O prazo para entrega, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFAP.

7. DOS LOCAIS DE ENTREGA

7.1. Considerando a(s) Unidade(s) Demandante(s), os materiais e suas respectivas quantidades deverão ser entregues nos endereços abaixo conforme estabelecido:

UNIDADE ADMINISTRATIVA DEMANDANTE	ENDEREÇO DE ENTREGA
CAMPUS MACAPÁ	Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398, na Seção de Almoxarifado do Campus Macapá

7.2. A entrega deverá ser feita diretamente aos locais supracitados, no horário das 08h30min às 11 h e das 14 h às 17 h, de segunda a sexta-feira;

7.3. Os materiais deverão ser entregues **condicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, observando o critério de sustentabilidade conforme disposto no Termo de Referência.**

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à administração e das cabíveis cominações legais.

8.2. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

8.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

8.2.2. Multa:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 20 (vinte) dias úteis de atraso na entrega dos bens ou dos serviços caracterizando inexecução parcial;

b) **Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela recusa em retirá-lo, no prazo máximo de 10(dez) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da**



Lei nº 8.666/93;

c) Multa no valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato.

8.2.3. Suspensão temporária de participar de licitação e/ou contratação promovida pela contratante por prazo não superior a dois anos;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.3. Conforme o disposto na Lei 10.520, de 17/07/2002 e no decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar no fornecimento do material, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente a Lei 9.784/99.

8.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9. REVISÃO E CANCELAMENTO

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

9.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

9.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;



- 9.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 9.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 9.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 9.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 10.6.1, 10.6.2 e 10.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 9.8.1. Por razão de interesse público; ou
- 9.8.2. A pedido do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 10.3. ***A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.***

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Macapá, 27 de outubro de 2017

Márcio Getúlio Prado de Castro

Diretor Geral

Leonice Rodrigues Scarpato

Representante legal